



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - FUNAI E INCRA			
EVENTO: Reunião Ordinária	REUNIÃO Nº: 0216/16	DATA: 06/04/2016	
LOCAL: Plenário 9 das Comissões	INÍCIO: 10h04min	TÉRMINO: 11h	PÁGINAS: 25
DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO			
SUMÁRIO			
Deliberação de requerimentos.			
OBSERVAÇÕES			



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 21ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a atuação da Fundação Nacional do Índio e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária na demarcação de terras indígenas e de remanescentes de quilombos.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Pois não.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Art. 37, inciso I e inciso II, sobre os requerimentos que estão na pauta da votação da CPI no dia de hoje.

O art. 37 diz o seguinte:

“Art. 37. Ao termo dos trabalhos a Comissão apresentará relatório circunstanciado com suas conclusões, que será publicado no Diário da Câmara dos Deputados e encaminhado:

I - à Mesa para as providências de alçada desta ou do Plenário, oferecendo, conforme o caso, projeto de lei de decreto legislativo ou de resolução, ou indicação, que será incluída em Ordem do Dia dentro de cinco sessões;

II - ao Ministério Público, ou Advocacia-Geral da União, com a cópia da documentação, para que promovam a responsabilidade civil ou criminal por infrações apuradas e adotem outras medidas decorrentes de suas funções institucionais;”

Os requerimentos que estão pautados para deliberação — dois Parlamentares no dia de hoje — são um absurdo jurídico. Em primeiro lugar, as diligências que embasam esses requerimentos não foram feitas a partir de um diálogo e da participação de outros Parlamentares desta Comissão, Relator Nilson. Eu quero ter a oportunidade de me dirigir respeitosamente a V.Exa. Não é porque temos divergências na condução do processo e, no mérito, das propostas que vão ser aqui, nesta Comissão, avaliadas, que podemos ter uma deliberação desse tipo com um conjunto de requerimentos, com uma convocação que foi feita ontem sem



que tivéssemos, inclusive, tempo para se preparar para a avaliação de cada um desses requerimentos. E mais do que isso, repito, Presidente, respeitosamente e com toda a firmeza que esses requerimentos exigem.

Deputado Nilson, eu vou pedir a V.Exa. que faça uma avaliação profunda do que está aqui colocado. Não podemos fazer avaliação desses requerimentos que não tiveram a participação de outros Parlamentares para as respectivas diligências. Fazer uma avaliação e votação desses requerimentos dessa forma é anular, inclusive, os trabalhos já iniciados desta CPI, porque, claro, essa tentativa vai ser necessariamente judicializada. Eu imagino que mesmo aqueles que tenham uma posição divergente não queiram a judicialização com apreciação desse tipo de requerimento.

É a ponderação, Presidente, que eu faço a V.Exa. e que faço ao Relator desta Comissão. Nós não podemos avaliar esses requerimentos que não obedeceram ao contraditório para a sua efetivação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Acolho a questão de ordem. Responderei oportunamente, porque neste caso não se trata do relatório, está se tratando apenas de uma autorização do Plenário para investigação daquilo que foi apurado como possibilidade. Nós estamos apenas querendo o direito da investigação.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Presidente, V.Exa. acolhe ou recolhe? Porque se V.Exa. acolher está aceitando a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Eu recolho a questão de ordem e respondo oportunamente.

O SR. DEPUTADO BETO FARO - Sr. Presidente, eu também quero falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Qual é a questão de ordem, Deputado?

O SR. DEPUTADO BETO FARO - Sr. Presidente, a questão aqui, inclusive, é de bom senso. Queria dialogar com V.Exa. Se V.Exa. me permitir poder falar aqui... Quero dialogar com V.Exa. e com o Relator.

Primeiro, temos na Comissão uma série de requerimentos de vários Parlamentares que estão já feitos há vários. Decidimos fazer uma sessão que não estava... No primeiro momento, fazemos as sessões nas terças-feiras e nas quintas-



feiras. Então, não havia previsão desta sessão convocada ontem, à noite, e se estabelece requerimento de apenas um Parlamentar, todos os outros Parlamentares, todos os outros requerimentos feitos foram tirados sumariamente da pauta, havia até requerimentos que estavam pré-anunciados aqui para que pudéssemos dialogar. Hoje retira, e fica apenas o requerimento de um único Parlamentar.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, eu acho que no final, após os relatórios feitos, não haverá só essa diligência, mas deve haver outras que serão feitas, inclusive já há diligências indicadas para o meu Estado do Pará. Isso é de praxe em todas. Eu estou aqui assustado, porque é a primeira vez em que vejo a CPI já indicando os procedimentos, pedindo a criação de delegacias, o indiciamento de pessoas e a abertura de inquéritos. É normal que se chegue ao final dos trabalhos de qualquer CPI e se apresentem esses procedimentos, um relatório para que a Comissão debata amplamente e o aprove. E, se aprová-lo, a partir daí, é encaminhado ao Ministério Público para que seja analisado e visto quais os inquéritos que têm que ser abertos e quais são os procedimentos. Nós já estamos aqui diretamente da CPI pedindo que o delegado instaure o inquérito e que o Estado do Rio Grande do Sul tome providência. Eu sinceramente acho que nós estamos atropelando a ordem, Sr. Presidente. Eu queria lhe pedir...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - V.Exa. não está formulando questão de ordem. Eu estou fazendo rigorosamente o que o Regimento e a lei me autorizam. Não sou obrigado a fazer cumprimento de hábitos e de costumes. Eu estou fazendo aquilo que a lei e o Regimento me autorizam. E nós vamos fazer isso na forma da lei. As pessoas que acharem...

O SR. DEPUTADO BETO FARO - Sr. Presidente, eu estou fazendo um pedido a V.Exa. e aos Deputados. Gostaria que a minha fala não fosse interrompida. Eu não vim criar problema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não é questão de ordem. As explicações eu já ouvi.

O SR. DEPUTADO BETO FARO - Tudo bem. Então, faça da forma que achar melhor.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Informo aos Srs. Parlamentares que foi distribuída a cópia da ata da 2ª Reunião. Sendo assim, indago se há necessidade de sua leitura.

O SR. DEPUTADO BETO FARO - Eu peço a leitura da ata.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Solicito dispensa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da reunião anterior.

É lido o seguinte:

“Ata da 20ª Reunião Ordinária

Realizada em 05 de abril de 2016

Às quatorze horas e trinta e três minutos do dia cinco de abril de dois mil e dezesseis, no Anexo II, Plenário 04 da Câmara dos Deputados, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a atuação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) na demarcação de terras indígenas e de remanescentes de quilombos (CPI – FUNAI e INCRA), criada pelo Ato da Presidência de 28 de outubro de 2015 (Requerimento de Instituição de CPI nº 16 de 2015, dos Deputados Alceu Moreira, Marcos Montes, Nilson Leitão, Valdir Colatto, Luís Carlos Heinze e outros). Compareceram os Deputados Alceu Moreira - Presidente; Luis Carlos Heinze, Mandetta e Nelson Marquezelli - Vice-Presidentes; Tereza Cristina - Sub-Relatora; Abel Mesquita Jr., Adelmo Carneiro Leão, Arnaldo Jordy, Beto Faro, Dilceu Sperafico, Edmilson Rodrigues, Janete Capiberibe, João Marcelo Souza, Luiz Nishimori, Marcos Montes, Nilto Tatto, Professor Victório Galli, Shéridan e Valtenir Pereira - Titulares; Evandro Roman, Glauber Braga, Heitor Schuch, Josué Bengtson e Osmar Serraglio — Suplentes. Compareceram também os Deputados



Carlos Henrique Gaguim, Delegado Edson Moreira, Evair de Melo, Mariana Carvalho, Raquel Muniz, Tenente Lúcio e Weliton Prado, como não-membros. Deixaram de comparecer os Deputados Cleber Verde, Domingos Sávio, Fábio Mitidieri, Irajá Abreu, Jovair Arantes, Laercio Oliveira, Newton Cardoso Jr e Nilson Leitão. Abertura: Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Alceu Moreira, declarou abertos os trabalhos e colocou em apreciação a Ata da 19ª reunião, realizada no dia trinta e um de março de 2016. A Deputada Tereza Cristina solicitou a dispensa da leitura da Ata. Não havendo quem quisesse discuti-la, foi colocada em votação. Aprovada a Ata. Expediente: O Presidente anunciou o recebimento dos seguintes documentos: - Ofício da Universidade Federal de Brasília em resposta à Requisição da CPI, nos termos do Requerimento nº 184/2016, de autoria do Deputado Valdir Colatto, que encaminha históricos escolares relativos a curso superior de graduação e especialização da discente Maria Guiomar de Melo. As informações encontram-se disponíveis para consulta pelos Parlamentares e estão arquivadas nos autos de documentos sigilosos da CPI; - Ofício da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, em resposta à Requisição da CPI, nos termos do Requerimento nº 117/2016, de autoria do Deputado Luis Carlos Heinze, encaminhando informações e documentos nos termos da solicitação feita no requerimento supracitado; - Ofício da Fundação Nacional do Índio — FUNAI, em resposta à Requisição da CPI, nos termos dos Requerimentos nº 138, 146 e 147 de 2016, de autoria do Deputado Valdir Colatto, encaminhando documentos nos termos das solicitações feitas nos requerimentos supracitados; e - Ofício da



Fundação Nacional do Índio — FUNAI, solicitando a dilação do prazo de 10 (dez) dias para resposta de encaminhamento dos documentos solicitados por meio dos Requerimentos nºs 134, 135, 136, 137, 139, 145, 156 e 157, de 2016. Diante do solicitado, foi autorizado pelo Presidente o período de dilação do prazo de 10 (dez) dias a partir desta data. Ordem do Dia: Audiência pública para tomada de depoimento do Sr. Mércio Pereira Gomes, professor universitário e ex-Presidente da FUNAI, convidado por aprovação do Requerimento 08/ 2015, do Deputado Arnaldo Jordy. Dando prosseguimento, o Presidente anunciou que, após o exame do conteúdo dos requerimentos aprovados, o Sr. Mércio Pereira Gomes foi convidado para prestar informações sobre o objeto de investigação desta CPI. Observou que tal condição não lhe retirava o dever de dizer a verdade sobre o que soubesse e lhe fosse perguntado. Em seguida, o Presidente convidou o depoente a tomar assento à Mesa e anunciou as regras de procedimento para a oitiva. Ato contínuo, o Presidente indagou se o convidado aceitaria prestar o compromisso oficial de dizer a verdade, o que foi aceito pelo depoente, que prestou o devido compromisso. Após manifestação do depoente pelo prazo regimental, iniciou-se a fase de inquirição. Usaram da palavra para inquirir o depoente o Sub-Relator em substituição ao Relator, Deputado Valdir Colatto, o autor do requerimento, Deputado Arnaldo Jordy e os Deputados Nilto Tatto, Tereza Cristina, Osmar Serraglio, Edmilson Rodrigues, Abel Mesquita Jr. e Erika Kokay, na condição de Líder pelo Partido dos Trabalhadores. Em seguida, não havendo mais inscritos para o debate, o Presidente concedeu a palavra ao depoente, para suas



considerações finais. Após, o Presidente informou que estão disponíveis na Secretaria da Comissão os documentos da diligência de Mato Preto, no Rio Grande do Sul, para serem consultados pelos membros da Comissão nos termos do Item 14 do Acordo de Procedimentos da CPI. Nada mais havendo a tratar, o Presidente, Deputado Alceu Moreira, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às dezessete horas e vinte e dois minutos, antes convocando reunião ordinária deliberativa para o dia 06 de abril, quarta-feira, às nove horas e trinta minutos, no Plenário 9. O inteiro teor da reunião foi gravado e as notas taquigráficas, após serem decodificadas, farão parte deste documento. E, para constar, eu, Alber Vale de Paula, lavrei a presente ata, que, por ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Alceu Moreira, e encaminhada à publicação no Diário da Câmara dos Deputados. O arquivo de áudio correspondente passará a integrar o acervo documental desta reunião.”

Em discussão.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Vamos discutir a ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Vou conceder 3 minutos para a discussão da ata.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Serão dois oradores contra e dois a favor. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Será um orador de cada lado, por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Sr. Presidente, o que nós temos aqui hoje é uma ação claramente ilegal. A colocação em votação de requerimentos que não atendem ao contraditório e diligências...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - O que está em discussão é a ata.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - É a ata mesmo. Eu estou discutindo o processo em relação à ata da reunião anterior. Se eu não tiver a possibilidade de discutir, não discuto o processo. Não vamos estabelecer aqui censura sobre o pronunciamento dos Parlamentares.

Então, Sr. Presidente, trata-se de uma ação ilegal que foi iniciada ainda na reunião anterior e que se desdobra hoje com a apreciação dos requerimentos que estão aqui colocados. E isso é ilegal, porque todas as diligências feitas foram realizadas sem uma discussão com o conjunto dos Parlamentares desta Comissão. E falo respeitosamente, mas com toda a firmeza, Sr. Presidente, atendendo a interesses que não são nem da Comissão nem do Brasil. Há diligências aqui que foram realizadas única e exclusivamente por V.Exa., no Rio Grande do Sul, nas quais V.Exa. já procura medidas claras para a criminalização de movimentos.

V.Exa. não pode utilizar a prerrogativa de Presidente para o atendimento de interesses individuais e pessoais. E eu quero que isso seja colocado e registrado na ata de discussão desta reunião. A votação desses requerimentos anula, de pleno direito, todas as deliberações desta CPI.

Como vamos fazer a apreciação de 14 requerimentos, de diligências que foram feitas, sem a participação e o conhecimento dos outros Parlamentares desta Comissão? V.Exa., em reunião administrativa, disse que procuraria avisar previamente para que as diligências pudessem ser feitas em conjunto. Para a surpresa do conjunto dos Parlamentares desta Comissão, foi desobedecido, inclusive, aquilo que diz o Regimento Interno.

Na primeira questão de ordem que eu tive aqui a oportunidade de formular, V.Exa. coloca em votação requerimentos que têm uma relação direta com diligências feitas por V.Exa. A impressão que dá, inclusive, é que V.Exa. quer a judicialização desta CPI, para que o seu trabalho não possa ter qualquer tipo de validade, porque é o que vai acontecer.

Nós não podemos aceitar este tipo de ação como natural. Que se registre em ata a ilegalidade da colocação em apreciação desses requerimentos a partir de diligências que foram feitas por V.Exa., igualmente ilegais. Esta reunião tem que ser



nula, exatamente porque esses requerimentos são também frágeis porque nulos e ilegais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Concedo a palavra ao Deputado Nelson Marquezelli para o contraponto.

O SR. DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI - Está correta a ata da 20ª Reunião Ordinária, realizada em 5 de abril de 2016. A ata é preparada pela assessoria técnica e supervisionada pela Mesa. Está correta. Sou favorável à sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não havendo mais discussões, está em votação a ata.

Aqueles que concordarem com sua aprovação permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada por unanimidade.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Não, com o voto contrário dos Parlamentares que se insurgem contra a aprovação da ata.

V.Exa. não teve a oportunidade de me visualizar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Permaneceram como se encontravam...

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Mas eu estou registrando formalmente o voto contrário. Quer mais do que isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Registrem-se os votos contrários.

Pronto, não fique tão irritado. Fique tranquilo.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - É o que o momento exige, sem irritação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Aprovada a ata com os votos contrários dos Deputados Glauber Braga, Nilto Tatto e Beto Faro.

Ordem do Dia: a presente reunião destina-se à deliberação de requerimentos constantes da pauta.

Há sobre a mesa um requerimento, nos termos do art. 117, inciso XII, que requer a votação em globo dos requerimentos constantes da pauta da reunião do dia 6 de abril de 2016. O requerimento é assinado por cinco Parlamentares.



Em discussão. (*Pausa.*)

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Sr. Presidente, como já foi discutido na questão de ordem no início desta sessão, nós não vamos compactuar com a ilegalidade que esta CPI está cometendo.

Volto a afirmar: os requerimentos que estão aqui na mesa, hoje, são produtos de uma diligência que já foi irregular. Ela foi anunciada um dia antes...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputado Nilto Tatto, V.Exa. não está presente na reunião. Eu pediria que V.Exa. registrasse a presença primeiro, para se manifestar.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Na medida em que estou falando, eu já estou presente na reunião. Já estou presente na reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Tem que registrar.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - E, por favor, deixe-me falar, Presidente.

V.Exa. tem tomado esta CPI para uso próprio, para interesse próprio. E a prova maior disso é este conjunto de requerimentos que está aqui na pauta hoje. Ele é fruto de uma diligência que já começou errada, uma diligência que foi anunciada de um dia para o outro, que descumpriu a própria legislação, o próprio STF, que pede, que recomenda e que exige que, quando se vá visitar uma comunidade indígena, informe-se aos indígenas e que haja o acompanhamento da FUNAI. Não foi feito dessa forma.

E, com base neste relatório, que não é de conhecimento de nenhum Parlamentar que está aqui, porque este relatório foi disponibilizado ontem à noite, portanto, pode-se dizer que é ilegal, mas é imoral, é antiético. Então, com base na questão de ordem que já foi colocada aqui e que V.Exa. está atropelando novamente, nós estamos nos retirando daqui e não compactuando com esta ilegalidade que a CPI está cometendo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Concedo a palavra ao Deputado Valdir Colatto, para encaminhar.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Sr. Presidente, encaminho favoravelmente ao requerimento, nos termos do art. 117, inciso XII, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, de votação em globo dos requerimentos



constantes da pauta da reunião do dia 6 de abril de 2016, assinado por mim e por mais quatro Srs. Deputados.

Peço, então, Sr. Presidente, que se votem em globo todos os requerimentos, para nós ganharmos tempo, dados os múltiplos afazeres desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - O requerimento está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queria discuti-lo, em votação.

Aqueles que concordarem com o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vou fazer a leitura de todos os requerimentos, porque serão aprovados em globo.

1 - Requerimento nº 211/16, do Sr. Alceu Moreira, que *“requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de requisição ao Delegado-Chefe da Delegacia do Departamento de Polícia Federal de Passo Fundo/RS de instauração de inquérito policial nos termos que especifica”*.

2 - Requerimento nº 212/16, do Sr. Alceu Moreira, que *“requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de remessa de ofício à Ordem dos Advogados do Brasil, para que tome conhecimento da atuação irregular dos Procuradores Federais Flavio Chiarelli e Guilherme Mazzoleni, adotando, por conseguinte, as medidas pertinentes”*.

3 - Requerimento nº 213/16, do Sr. Alceu Moreira, que *“requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de requisição à Advocacia-Geral da União de instauração de procedimento disciplinar a apurar irregularidade na atuação irregular dos Procuradores Federais Flávio Chiarelli e Guilherme Mazzoleni”*.

4 - Requerimento nº 214/16, do Sr. Alceu Moreira, que *“requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de requisição ao Delegado-Chefe da Delegacia do Departamento de Polícia Federal de Passo Fundo/RS de instauração de inquérito policial nos termos que especifica”*.



5 - Requerimento nº 215/16, do Sr. Alceu Moreira, que *“requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de requisição ao Delegado-Chefe da Delegacia do Departamento de Polícia Federal de Passo Fundo/RS de instauração de inquérito policial nos termos que especifica”*.

6 - Requerimento nº 216/16, do Sr. Alceu Moreira, que *“requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de requisição ao Delegado-Chefe da Delegacia do Departamento de Polícia Federal de Passo Fundo/RS de instauração de inquérito policial nos termos que especifica”*.

7 - Requerimento nº 217/16, do Sr. Alceu Moreira, que *“requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de requisição ao Delegado-Chefe da Delegacia do Departamento de Polícia Federal de Passo Fundo/RS de instauração de inquérito policial nos termos que especifica”*.

8 - Requerimento nº 218/16, do Sr. Alceu Moreira, que *“requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de requisição à Promotoria de Justiça de Getúlio Vargas, Rio Grande do Sul, para instaurar procedimento apuratório nos termos que especifica”*.

9 - Requerimento nº 219/16, do Sr. Alceu Moreira, que *“requer que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de remessa de ofício solicitando ao Governador do Estado do Rio Grande do Sul a adoção de providências da alçada da Secretaria de Segurança Pública daquele Estado em áreas de conflito fundiário”*.

10 - Requerimento nº 220/16, do Sr. Alceu Moreira, que *“requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de requisição à Dra. Alessandra Quines Cruz, Defensora Pública do Estado do Rio Grande do Sul/Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos, da remessa de informações e documentos nos termos que especifica”*.

11 - Requerimento nº 221/16, do Sr. Alceu Moreira, que *“requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de requisição ao Sr. Marcelo Veiga, servidor do Ministério da*



Justiça, da remessa de informações, quando na condição de Assessor Especial do Ministério da Justiça, nos termos que especifica”.

12 - Requerimento nº 222/16, de autoria do Deputado Alceu Moreira, que *“requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de remessa de ofício, solicitando ao Diretor Geral do Departamento de Polícia Federal estudo visando à criação da Delegacia de Polícia Federal em Erechim, Rio Grande do Sul”.*

13 - Requerimento nº 223/16, de autoria do Deputado Alceu Moreira, que *“requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de requisição ao Juízo Federal da Subseção Judiciária de Erechim-RS do fornecimento de informações, nos termos que especifica”.*

14 - Requerimento nº 224/16, de autoria do Deputado Alceu Moreira, que *“requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de requisição, ao Presidente da PROSUL — Projetos, Supervisão e Planejamentos Ltda., de informações e documentos, nos termos que especifica”.*

Todos os requerimentos, sem exceção, foram subscritos pelo Relator.

Estão em discussão os requerimentos ora lidos.

Por favor, Deputado João Rodrigues.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Sr. Presidente, apenas uma breve manifestação. Quero comunicar que o nosso partido, o PSD, fez uma substituição aqui na CPI: o Deputado Fábio Mitidieri sai da CPI e eu o substituo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Seja muito bem-vindo.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Obrigado, Sr. Presidente. Quero cumprimentar V.Exa. — até estranhei um pouco a manifestação dos colegas, contrariando as posições adotadas pela Mesa — pelos procedimentos corretos que adotou. Por que aguardar o final de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para tomar providências, já que se percebe que cidadãos estão sendo lesados? A todo e qualquer momento pode se oferecer a denúncia para os órgãos competentes. O senhor não está condenando ninguém, está simplesmente pedindo que as



autoridades tomem as providências no momento correto — aliás, providências que já deveriam ter sido tomadas.

Acredito, como já foi manifestado, que a maioria absoluta dos Parlamentares está apoiando a sua atitude e quero, portanto, também fazer coro aos demais colegas que pensam e defendem as pessoas de bem deste País.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - É bom lembrar, antes de passar a palavra ao Deputado Valdir Colatto, que os requerimentos, na sua imensa maioria, são apenas para pedir a investigação. Se for proibido a uma Comissão Parlamentar de Inquérito investigar, é preciso saber para que ela serve.

Deputado Valdir Colatto, por favor.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiramente quero parabenizar V.Exa. pelo trabalho que fez no Rio Grande do Sul, levantando essas questões indígenas concretas, *in loco*.

Eu quero também anunciar, Sr. Presidente, que, na semana passada, na sexta-feira, nós estivemos com a Polícia Federal, com o procurador, com a consultoria da Casa, fazendo uma incursão em Santa Catarina, no Morro dos Cavalos, em todas as áreas que estão em conflito: Cunha Porã, Saudades, Abelardo Luz, Seara, mais algumas regiões lá de José Boiteux, Araquari, enfim, áreas conflituosas, que estão dando problema, e nós estamos levantando isso.

Tivemos lá depoimentos muito graves, Sr. Presidente, como, por exemplo, no Morro dos Cavalos, onde se impediu de passar a BR-101, onde se impediu de fazer a quarta pista. Tiveram que fazer um desvio e gastaram quase 10 milhões de reais nessa área para atender às exigências da FUNAI, do Ministério Público Federal e também dos antropólogos, do CIMI, que estavam lá presentes. Inclusive, quando nós fomos fazer a oitiva dos indígenas, eles foram orientados para que só falassem em guarani, Sr. Presidente, e nós não conseguíamos entender o que realmente continha o depoimento daqueles indígenas. A Procuradora da República Analúcia Hartmann os orientou a que falassem em guarani, para que nós não pudéssemos tomar o depoimento dos indígenas, alegando, depois, que não foram ouvidos.

Mas só para mostrar como este Brasil não está cuidando bem do dinheiro público, se a estrada fosse feita normalmente, um túnel só bastaria para resolver a



questão de engenharia. Como a questão indígena está lá impedindo esse processo, vão ser feitos dois túneis. Então, uma obra que custaria 250 milhões passou a custar 500 milhões. São 250 milhões de reais jogados no lixo! Por quê? Por uma teima, não dos indígenas, que querem compensações que são legítimas, mas por exigências do Ministério Público, da FUNAI, do CIMI, de ONGs que estão lá atrapalhando e gastando dinheiro público.

Eu quero deixar registrada nesta CPI uma carta do Deputado Zé Geraldo, do PT do Pará, mostrando a sua indignação — ele já fez um pronunciamento no plenário da Câmara — pela criação da reserva indígena Cachoeira Seca, dos arara, nos Municípios de Altamira, Uruará, Placas, na Transamazônica, na região do Xingu. Diz o Deputado Zé Geraldo que são expulsas cerca de mil famílias de assentados, isto é, o Governo expulsa as mil famílias, coloca os indígenas e depois tem que assentar de novo os agricultores. Ele gasta duas vezes com isso.

É um absurdo o que se faz com o dinheiro público brasileiro, inclusive trazendo complicações bem claras, fazendo um corredor para atrapalhar a questão da usina Belo Monte, que recebeu a licença de operação do Ministério Público Federal, mas está ameaçada de ser derrubada se essa área indígena não for homologada. Então, vejam a exigência.

E eu também recebi informações agora de que hoje à tarde o TCU vai julgar uma ação de prestação de contas da FUNAI, às 15 horas, no plenário. Seria bom que os nossos colegas da CPI fossem até lá para ver isso.

Ontem a Presidente comprou, aliás, o INCRA comprou 29 áreas, Deputado Nilson Leitão, para assentamento de reforma agrária. Não há dinheiro para nada neste Brasil, mas para a reforma agrária, para a questão indígena, para essas coisas todas que podem esperar há dinheiro.

Agora mesmo estávamos em um seminário com a CBIC, que é a Câmara Brasileira da Indústria da Construção, e o Deputado Ricardo Barros, nosso colega, estava lá, juntamente com o Deputado Osmar Serraglio e o Deputado Zé Silva, e víamos o furo que há no nosso orçamento: 1 trilhão e 200 bilhões. Nós gastamos 1 trilhão e 300 bilhões. Então, são 100 bilhões de déficit público.

Não temos dinheiro para nada, e o Governo gasta dinheiro para comprar terras de que não precisa. Hoje há 100 milhões de hectares de terra nos



assentamentos, assentamentos que não receberam títulos até hoje, depois de 30 anos, e o Governo, em vez de regularizar esses assentamentos, compra mais terras para assentamentos da reforma agrária. Veja onde estamos metidos, Sr. Presidente.

Então, eu acho que nós temos que parar, realmente. O Governo não tem dinheiro para nada, mas para comprar voto para impedir o *impeachment* tem dinheiro à vontade. Inclusive, alguns Deputados já estão despejando dinheiro aí pelos Estados, porque já se entregaram pelo tamanho do cheque. Nós temos que cuidar disso e denunciar. E, realmente, nós temos que mudar o Governo, não tem outro jeito. O Brasil acabou, e, na questão fundiária, o direito de propriedade não é respeitado, e nós não podemos aceitar isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Eu vou passar a Presidência ao Deputado Luis Carlos Heinze, porque para a aprovação de requerimentos de minha autoria, de acordo com o art. 43 do Regimento Interno, eu não posso presidir a sessão.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Sr. Presidente, eu quero sugerir que façamos a votação primeiro e que depois se abra para os debates.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luis Carlos Heinze) - É o que nós vamos fazer.

Encerrada a discussão.

Em votação os requerimentos, em bloco, conforme foram colocados aqui.

Os Parlamentares que os aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovados.

Vamos seguir a sessão. Há vários inscritos.

A SRA. DEPUTADA TEREZA CRISTINA - Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luis Carlos Heinze) - Sim, Deputada.

A SRA. DEPUTADA TEREZA CRISTINA - Sobre a mesa há um requerimento pautado para chamar a esta Comissão o Secretário da CONTAG que fez aquela declaração no Palácio do Planalto. Eu gostaria que ele fosse colocado em apreciação. Está na secretaria.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luis Carlos Heinze) - Sim. Ainda não veio para cá, Deputada. S.Exa. está questionando sobre um requerimento de uma convocação.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Sr. Presidente, eu sugiro, com a aquiescência de todo o Plenário, colocar em pauta essa convocação, que é urgente, basta a assinatura da ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luis Carlos Heinze) - O.k. Nós vamos examinar, Deputada. Se for possível, em número de assinaturas, nós o colocaremos extrapauta.

Deputado Roman tem a palavra.

O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO - Deixe-me insistir nessa tese, Sr. Presidente: basta uma votação nominal. Nós temos a maioria em plenário. Eu acho que é um assunto muito grave alguém ficar incitando a invasão de áreas neste País. Eu acho que dá para esse requerimento entrar extrapauta. Eu quero fazer esse pedido, juntamente com a Deputada Tereza Cristina, para que todos o assinem e para que façamos aqui a votação nominal, extrapauta, para a sua convocação.

Sr. Presidente, peço que todos assinem para que venha o requerimento extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luis Carlos Heinze) - Já vou colher as assinaturas, Deputado.

Deputado Evandro Roman, por favor.

O SR. DEPUTADO EVANDRO ROMAN - Concordo, Sr. Presidente, e, ouvindo todos os requerimentos e tendo a clareza de como está a situação, com problemas sérios no Rio Grande do Sul, tenho certeza de que os movimentos já começaram no Paraná também, principalmente nos Municípios de Toledo, Guaíra, Terra Roxa, Marechal Cândido Rondon.

Lá, as reivindicações são muito fortes e foram muito bem lembradas pelo Presidente da COPAGRIL, Sr. Ricardo Chapla, sobre os problemas que existem. E isso é colocado lá na região. Agora deu até uma acalmada devido à movimentação política feita por vários Deputados, como Osmar Serraglio, Dilceu Sperafico, Sergio Souza, eu, enfim, vários que fizeram essa movimentação. Mas se trata de uma tragédia fortemente anunciada lá.



Aquela é uma região na qual eu costumo sempre dizer que a reforma agrária já foi feita, de forma natural. A reforma agrária, lá, já foi feita. O cooperativismo se encarregou disso. Temos pequenos agricultores em uma região da qual está sendo reivindicado algo próximo de 100 mil hectares para que seja feita uma reserva indígena. Isso é um absurdo! Um local tão produtivo o Estado do Paraná, com 2,3% de todo o território nacional, recordista na produção de grãos, e querem fazer reserva indígena ali. Por que não se buscam locais realmente apropriados? Isso aqui já está mais do que comprovado.

Então, eu quero deixar aqui esse manifesto e apoio. E quero dizer que V.Exa. está conduzindo os trabalhos de forma muito tranquila, muito serena. Ninguém aqui tem a síndrome de justiceiro, de querer fazer. Por isso que muitas Comissões Parlamentares de Inquérito acabam em pizza, porque não se dá o direito, muitas vezes, de elas exercerem realmente a sua função, que é investigar. Aqui nós não estamos acusando, nós queremos apenas usar o direito de representação popular para podermos investigar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Com a palavra o Deputado Dilceu Sperafico.

O SR. DEPUTADO DILCEU SPERAFICO - Sr. Presidente, acompanhando as palavras do Deputado Roman, quero dizer que a nossa região, o oeste do Paraná — e está aqui o Deputado Osmar Serraglio, que também milita muito naquela região, entre outros Parlamentares —, vive dois dramas: um, são as áreas indígenas que estão sendo demarcadas em propriedades de agricultores, que realmente só estão lá produzindo, trabalhando em pequenas propriedades; o outro, é que nesses últimos dias, e neste momento, estamos vivendo invasões de áreas de agricultores por sem-terra. Nós temos lá os Municípios de São Miguel do Iguçu, Santa Terezinha de Itaipu, temos, em Catanduvas, a Araupel, que estão sofrendo invasões inadmissíveis, coisas que estão atrasando o Estado.

E, infelizmente, o Governo do Estado não tem cumprido as reintegrações de posse, mesmo com ordem judicial. Isso compromete o brio da nossa sociedade brasileira, em que as coisas não são levadas a sério. Mas, de modo especial, neste momento, em Santa Terezinha de Itaipu, a coisa é muito grave, porque os invasores



das propriedades estão atrapalhando a biodiversidade, o caminho que liga toda a margem do Lago de Itaipu, do Parque Nacional do Iguaçu até o Parque Nacional da Ilha Grande, onde o corredor da biodiversidade é muito grande, muito bem preparado e muito bem cuidado. Cientistas que lá estão já falam que está bastante comprometida a segurança daquele trecho.

Então, nós precisamos tomar providências. E, de modo especial, esta semana, os que estão lá invadindo essas propriedades ameaçaram os órgãos públicos da cidade de Santa Terezinha de Itaipu, inclusive na última segunda-feira o Prefeito baixou um decreto fechando a Prefeitura Municipal, para segurança dos funcionários e do patrimônio público. Isso é lamentável.

Por isso, nós temos que tomar providências o mais rápido possível, Sr. Presidente, fazer alguma investigação e, se necessário, convocar alguma pessoa a esse respeito.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - A palavra continua à disposição do Deputado Osmar Serraglio.

O SR. DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO - Sr. Presidente, começo cumprimentando V.Exa. por de fato estar pretendendo adensar essa nova investigação, que evidentemente não dispõe de todo o instrumental que terão essas autoridades a quem V.Exa. se reporta na ocasião de aprofundá-la.

Então, nessa mesma esteira do Deputado João Rodrigues, eu quero reafirmar o seguinte. Qualquer um de nós, qualquer cidadão que tenha conhecimento de um ilícito deve comunicá-lo à autoridade; com muito mais razão, uma autoridade como é o Presidente de uma CPI, que toma conhecimento de ilícitos. Portanto, nada mais estamos fazendo do que comunicando às autoridades para que tomem providências, que investiguem algo, como aqui bem foi reafirmado.

Quero assinar embaixo do que disse o Deputado Dilceu Sperafico a respeito da nossa apreensão no Paraná.

Por fim, concluindo, digo que essa notícia que o Deputado Colatto nos traz é suficiente por si para que se identifique crime de responsabilidade da Presidência da República. Reteve-se o tempo todo o Orçamento, e o comportamento financeiro do País evidencia que não se fez nenhuma aquisição para assentamentos ao longo de



muitos meses. Às vésperas de um processo de *impeachment*, para agradar um contingente de pessoas que vêm às ruas, para insuflar e provocar até violência — nós sabemos a quem eu estou me referindo, ao MST —, para agradar ao MST, é praticada a compra às abertas, de forma que nós todos a estamos testemunhando.

Quanto a que se há ou não competência, em Direito nós chamamos isso de desvio de poder. O que é desvio de poder? A Presidente da República tem poder, sim, para fazer tudo o que ela está fazendo, só que no momento em que o está fazendo, por assim fazer, é crime de responsabilidade.

É só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Há sobre a mesa requerimento de autoria da Deputada Tereza Cristina, o Requerimento nº 210.

Há também requerimento para inclusão extrapauta, em virtude de não ter sido publicado ontem à noite.

A inclusão do requerimento extrapauta necessita de votação nominal.

Procederei agora à chamada dos Srs. Deputados para votação nominal desse requerimento.

Deputado Abel Mesquita Jr. (*Pausa.*)

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Sr. Presidente, eu posso encaminhar pelo PSOL?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Por favor, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Apenas quero dizer que voto a favor, porque é sempre importante que as pessoas que agem como sujeitos mesmos de movimentos sociais, ou de governos, ou de entidades patronais, ou de trabalhadores, não importa, sejam responsáveis pelos seus atos.

Eu acho que o Brasil precisa de democracia e precisa de debates. Trouxemos à CPI dos Maus-Tratos a Animais João Pedro Stédile. Foi positivo, ainda que não tenha agradado a todos a resposta que deu, quando afirmava que o MST, que é um movimento que luta pela paz, por exemplo, é contra o Estatuto do Armamento. Alguns que defendem o armamento acharam que ele estava gozando da cara deles, mas isso faz parte da divergência, das visões de mundo; é ideologia.



Eu tenho me chocado com algumas, digamos assim, expressões realmente de evocação à violência. Eu acho que no caso do convidado é questão de emoção mesmo, mas vamos ouvi-lo.

Da mesma forma, Guilherme Boulos, que é uma liderança importante do movimento por moradia, dos sem-teto do País, ao mesmo tempo é um grande intelectual orgânico. É importante o trabalho que ele faz, no sentido de pressionar inclusive o Governo a desenvolver políticas em favor da reforma urbana, como a reforma agrária, que é importante ainda.

Eu sei que aqui eu sou extremamente minoritário, mas a reforma agrária é necessária, porque o nosso País não tem como se desenvolver só com o agronegócio, por mais que haja esses sujeitos do agronegócio que têm responsabilidade com a terra. A regra geral é monocultura, uso de agrotóxicos e destruição ambiental, em geral com violência sexual (*risos*), que dizer, violência social. Há violência sexual também, porque o que se tem visto de violência contra povos indígenas, em particular... (*Risos.*) Mas eu estou me referindo ao agronegócio, Deputado Valdir Colatto. Então, não riam!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Concluo, dizendo que, por exemplo — eu não acho que ele usa o seu direito, não —, estão circulando na Internet algumas fotos de Deputado que é candidato com potencial à Presidência, mostrando armas da sua coleção. Mas eu vejo um líder do movimento estudantil, que é referência para a maioria aqui, um “japa” raivoso, com armas na mão, do mesmo porte das de um Deputado que é colecionador. Não acredito que quem tem uma arma que só o Exército pode usar esteja fazendo um convite à paz.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - É crime ser colecionador?

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Mas eu não vou propor que as traga aqui porque...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Obrigado, Deputado.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Então, vamos debater.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - Pelo PSC, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputados, está aberto o sistema de votação pelo sistema eletrônico.



O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - Quero orientar pelo PSC.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Sim. Eu só vou começar o sistema de votação, e V.Exa. poderá orientar a bancada, sem nenhum problema.

Está aberta a votação eletrônica.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - Quem votar "sim" é favorável ao requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Quem votar "sim" é favorável à inclusão do requerimento extrapauta.

Sras. e Srs. Deputados, temos que disponibilizar o sistema para votação.
(Pausa.)

A matéria está em votação.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - Sr. Presidente, o MST querer falar de paz é brincadeira! Pessoal mais armado do que eles é impossível!

Agora, o Deputado do PSOL se confundiu; confundiu os Bolsonaro aqui. Deve estar um pouco atordoado.

Na verdade, quem apareceu mostrando armas fui eu. Eu sou policial federal. Eu acredito que o policial tem direito de andar armado. Além disso, também sou atirador, colecionador e, quero crer, nenhuma das armas que eu mostrei são ilegais, senão teria tomado uma chuva de representações, denúncias, etc. E nunca utilizei minha arma para matar ninguém, mas sim para defender a mim e aos meus companheiros de trabalho.

Então, quero apenas deixar este registro aqui e dizer que o pessoal do agronegócio, sim, é que movimenta este País, *vide* na balança comercial o quanto a agricultura traz em prol das economias do Brasil, coisa que o MST não faz nem de longe.

Essa brincadeira que estão falando aí, negócio de agrotóxico, eu quero ver retirar agrotóxico e continuar a agricultura sendo sustentável para todos nós. Temos que ter em mente o seguinte: sem agrotóxico, o pessoal vai passar fome. Então, por favor, vamos manter o debate em uma linha coerente.

E o MST é que tem que se preocupar mais com relação a essas armas, porque eles mesmos é que fazem a violência no campo.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Com a palavra o Deputado Valdir Colatto.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Sr. Presidente, eu anunciei aqui o pronunciamento do Deputado Zé Geraldo, do PT, sobre a questão dos assentamentos. Gostaria que fosse anexado aos Anais da CPI esse documento do Deputado Zé Geraldo sobre a criação de terras indígenas no Pará.

Eu acho que é um documento importante, porque vem de um Deputado do PT bastante aguerrido, que está contestando a criação da área indígena chamada Reserva Indígena Cachoeira Seca e confirma aquilo que sempre dissemos aqui, que realmente o Governo comete erros, injustiças e cria dificuldades para a nossa agricultura brasileira.

Sr. Presidente, eu apenas quero dizer que tenho aqui os 29 decretos que a Presidente Dilma assinou criando 29 novas áreas para assentamentos agrícolas. Quero registrar isso para que povo fique sabendo que dinheiro para assentamento, para criar terras indígenas, para gastar com compras de votos, o Brasil tem, e para o resto não tem. Todas as obras do DNIT em Santa Catarina estão paradas, porque não há 1 centavo para fazer uma estrada. E há dinheiro para essas coisas! Infelizmente, é o Brasil que nós estamos vivendo hoje, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Recolho o seu documento para inclusão nos Anais.

Todos já votaram? *(Pausa.)*

Está encerrada a votação.

Vou proclamar o resultado: “sim”, 18; “não”, nenhum voto; “abstenção”, nenhum voto. Total: 18 votos.

O requerimento está incluído na Ordem do Dia, por votação nominal.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Sr. Presidente, quero fazer uma fala sobre esse assunto. É importante que possamos fazer...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Vamos votar.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Já votamos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não. Vamos votar o requerimento agora.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Está em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, passa-se ao encaminhamento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira encaminhar, em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado o requerimento.

A palavra está à disposição do Deputado Luis Carlos Heinze.

O SR. DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE - Isso é um absurdo, Sr. Presidente. Nós vimos aqui um líder da CONTAG fazer isso. Eu já disse outro dia no plenário — e tenho certeza disso, Deputado Osmar Serraglio — que a Federação dos Trabalhadores da Agricultura do seu Estado não pactua com isso, da mesma forma, a Federação da Agricultura de Santa Catarina, a de Mato Grosso do Sul, a do Rio Grande do Sul, a de Minas Gerais, Deputado Marcos Montes.

Então, ele não pode falar em nome da confederação, certo? Várias federações não pactuam com isso. Nós temos colegas que foram Deputados, como, por exemplo, o Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Rondônia. Vários não pactuam com isso.

O que me admira, Sr. Presidente, é que isso ocorreu na frente da Presidente da República, na frente do Ministro da Justiça e na frente da própria Ministra da Agricultura, entre tantas outras autoridades. Esse é o abuso, Deputada Tereza Cristina. Não podemos admitir que isso aconteça na frente da Presidente da República. Então, ela está pactuando com as invasões de propriedades do único setor que está dando certo hoje no Brasil.

Portanto, essa é a manifestação sobre a indignação que nós temos com um fato desses ocorrer na frente de grandes autoridades do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Eu queria dizer aos Srs. Deputados que, pelo conjunto de documentos que estamos recebendo, pelo conjunto de denúncias, nós fomos atendidos pelo Sr. Presidente da Casa e recebemos a comunicação de ofício de prorrogação da CPI por mais 30 dias. Se não conseguirmos até esse prazo, pediremos mais tempo.

O volume de documentos, a gravidade das denúncias, a complexidade das denúncias, é infinitamente maior do que qualquer um de nós poderíamos ter



imaginado. A quantidade de dinheiro público que se usa nesse processo completamente aleatório aos meios normais da despesa pública é gigantesca. Milhões e milhões de reais estão sendo manuseados por instituições que não deveriam estar no manuseio da coisa pública, determinando o seu destino.

O material é muito volumoso, logo seria muito importante que os Parlamentares que têm interesse nesse tema pudessem se dedicar um pouco mais à Comissão Parlamentar de Inquérito. A sala da Comissão está à disposição para que possa ser feito um estudo profundo de cada Estado, porque isso vai nos dar um relatório.

Se todas essas diligências que estamos fazendo tiverem um relatório e se o relatório necessitar de investigação qualificada, com respeito ao que a CPI não pode fazer por suas limitações, teremos a mesma atitude que tivemos hoje: vamos encaminhando as investigações. Se de Morro dos Cavalos vierem coisas dessa natureza, faremos da mesma forma, no único intuito de que haja esclarecimento.

A Presidência desta Comissão Parlamentar de Inquérito fez solicitação ao Presidente da Casa, que *ad referendum* prorrogou a Comissão Parlamentar de Inquérito por mais 30 dias.

Leitura do Expediente

Esta Presidência informa o recebimento do seguinte documento: ofício da Fundação do Meio Ambiente — FATMA, do Estado de Santa Catarina, em resposta à requisição da CPI, nos termos do Requerimento nº 144, de 2016, de autoria do Deputado Valdir Colatto, que encaminha cópia do processo administrativo afeto à Procuradoria Jurídica da entidade, relativo a questões envolvendo a Terra Indígena Morro dos Cavalos.

Alguém mais quer fazer uso da palavra? (*Pausa.*)

Não havendo quem queria fazer uso da palavra, não havendo nada mais a tratar, vou encerrar a presente reunião, antes convocando reunião para a semana seguinte, na forma da convocação a ser feita oportunamente.

Está encerrada a reunião.